Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Acesso aberto

Quando a luta pela terra se transforma na luta pelo Cosmos: um panorama sobre a Virada Agroecológica no MST

When the struggle for land becomes a struggle for the Cosmos: an overview of the Agroecological Turn in the MST

Miguel Frigo Amorim **Eliane Sebeika Rapchan**

Resumo
O artigo analisa a agroecologia apropriada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como uma resposta às contradições ambientais e sociais postas pela disseminação da Revolução Verde. O trabalho foi realizado a partir de pesquisa de campo na Escola Milton Santos de Agroecologia e do acompanhamento de falas públicas de dirigentes do Movimento. Parte-se da perspectiva de que a técnica agrícola não é neutra, mas uma expressão cosmológica da sociedade que a realiza. Nesse sentido, a análise se direciona para o agronegócio como realização de um cosmos mais amplo. O trabalho de campo combina a análise de eventos e a etnografia realizada com Seu João, militante que ajudou a regenerar uma área degradada pela mineração; esse movimento materializa a agroecologia como convívio e restauração da falha metabólica promovida pelo modo de produção capitalista.
Palavras-chave: Revolução Verde. Questão agrária. Agroecologia. Etnografia. Técnica agrícola.

Abstract
This article analyzes agroecology as appropriated by the Landless Rural Workers' Movement (MST) in response to the environmental and social contradictions brought about by the spread of the Green Revolution. The research was conducted through fieldwork at the Milton Santos School of Agroecology and by following public speeches of movement leaders. It adopts the perspective that agricultural technique is not neutral but a cosmological expression of the society that practices it; accordingly, the analysis approaches agribusiness as the realization of a broader cosmos. Fieldwork combines event analysis and ethnography with Seu João, a militant who helped regenerate an area degraded by mining. This process materializes agroecology as coexistence and as the restoration of the metabolic rift promoted by the capitalist mode of production.
Keywords: MST. Green Revolution. Agrarian question. Agroecology. Ethnograph.; Agricultural technique.

Submissão:
30 mar. 2026

Aceite:
19 mai. 2026

Publicação:
12 ago. 2026

Citação sugerida
AMORIM, Miguel Frigo; RAPCHAN, Eliane Sebeika. Quando a luta pela terra se transforma na luta pelo Cosmos: Um panorama sobre a Virada Agroecológica no MST. Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-29, e026018, jan./dez. 2026.

DOI: https://doi.org/10.36920/e0mxmz80

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Introdução

Este trabalho é fruto dos esforços de uma pesquisa de mestrado dedicada a investigar o processo de Virada Agroecológica no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um processo continuado e oficialmente iniciado no ano 2000, com a realização do 4º Congresso Nacional do MST, que colocou em pauta a discussão sobre a adoção de uma matriz produtiva diferenciada nos territórios de reforma agrária. A discussão enfocou o modelo de desenvolvimento desejado para os territórios, cuja adoção corresponde à reformulação das bases produtivas que atualmente sustentam o modelo convencional de produção agrícola, predominantemente direcionado pelas diretrizes da chamada Revolução Verde. Essa percepção estratégica do Movimento fortalece a posição de que a conquista da terra não se encerra com o assentamento, pois a garantia de acesso à terra não representa o fim de um processo, mas inaugura outros desafios. Isso porque, mesmo nos territórios de reforma agrária, o projeto do capital pode atingir seus interesses caso o modelo de produção agrícola convencional seja reproduzido internamente. Dessa forma, os assentamentos são também um "território em disputa" (Toná, 2016, p. 46).

Nesse sentido, o território é entendido como "o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder" (Fernandes, 2012, p. 27). Esse espaço, por sua vez, é permeado e criado por intencionalidades que orientam as formas de utilização e realização dos interesses daqueles que dele se apropriam. Na mesma direção, Milton Santos destaca a técnica como "um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço" (Santos, 2006, p. 16). A partir dos conceitos debatidos no 4º Congresso Nacional e tendo em vista a dimensão criadora da técnica, o MST percebeu que a continuação do modelo convencional de agricultura torna-se um entrave para a criação de espaços apropriados para a realidade camponesa, justamente pelas modificações espaciais observáveis na perda de biodiversidade ocasionada pela agricultura tipicamente capitalista. Dessa maneira, a agroecologia, e seu potencial de recuperar espaços degradados e produzir em parceria com a biodiversidade, foi apropriada para fortalecer o poder de manutenção e de territorialização de uma identidade camponesa sem-terra.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar os processos de transformação de territórios de reforma agrária, a partir da agroecologia, em espaços apropriados por um movimento social e mantidos pelo princípio do poder da organização de massa e pela institucionalidade do uso social da terra. O conteúdo deste trabalho é fruto de um recorte da pesquisa definido a partir do trabalho de campo realizado em dois momentos e em dois territórios: a Escola Milton Santos de Agroecologia e as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA), realizadas na Universidade Estadual de Maringá. As

escolhas e reflexões teóricas acerca do tema são resultantes do contato direto com o campo, que se deu durante os dois anos de realização do mestrado.

De um lado, a participação de um dos autores como ouvinte nos eventos das JURAs permitiu a escuta de falas públicas de lideranças do MST a respeito da agroecologia. Os dados coletados foram anotados em caderno de campo; o conteúdo das falas não foi gravado em nenhum tipo de dispositivo. As JURAs são um espaço de diálogo entre o ambiente acadêmico e o MST. Sua criação foi motivada pelo 17 de abril de 2013, em memória do Massacre de Eldorado dos Carajás, e constitui uma denúncia da impunidade diante do assassinato de 19 trabalhadores sem-terra:

> Diante de tais questões, a JURA foi pensada enquanto evento/movimento de articulação nacional no 2º Encontro Nacional dos Professores Universitários com o MST, realizado no ano de 2013, no estado de São Paulo, especificamente no município de Guararema, na Escola Nacional Florestan Fernandes. Tal escola é o berço do debate crítico e educacional dos movimentos socioterritoriais na América Latina, evidenciando, assim, a construção política das JURAs na ocupação de espaços dentro das universidades e institutos. Articulando ainda mais a rede de universidades em favor da justiça social, que é condicionante na realização da reforma agrária (Buscioli, 2019, p. 4).

De outro, o contato com o campo ocorreu por meio de trabalho etnográfico em um centro de formação em agroecologia do MST em Maringá (PR): a Escola Milton Santos de Agroecologia (EMS), onde foi realizado o Estágio Interdisciplinar de Vivências (EIV), que possibilitou o convívio naquele território por um período de uma semana. Na Escola Milton Santos ocorreu o contato mais significativo com a questão agroecológica do MST. Foi justamente da intenção de pesquisar a escola que emergiram os temas da agroecologia e da configuração da questão agrária brasileira. Isso aconteceu porque a EMS está inserida nos processos políticos e estratégicos do MST e atua como agente formador e, ao mesmo tempo, em seu território manifestam-se os reflexos das contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro. Logo, não é possível analisar a agroecologia praticada pelo MST sem refletir sobre a questão agrária brasileira.

Durante a pesquisa de campo, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um participante do processo de formação da EMS, o Seu João. O contato inicial com o interlocutor deu-se durante o EIV, o que permitiu uma série de encontros e diálogos informais. Já no final do estágio, foi proposta ao Seu João uma entrevista gravada, baseada em consentimento livre e informado, que foi aceita e realizada na EMS duas semanas depois.

A associação entre a análise bibliográfica, o trabalho de campo e as avaliações de conjuntura dos intelectuais do MST demonstrou que, se os

agricultores da reforma agrária optarem por uma organização da produção que implique comprar sementes, defensivos e insumos das grandes corporações, os interesses da reprodução capitalista serão atendidos. Além disso, a utilização desses insumos e materiais não resulta em uma produção compatível com uma economia voltada para o consumo interno, muito menos com o modo de vida camponês. Sendo assim, sem uma mudança nas bases produtivas, as contradições se mantêm, sustentam a dependência tecnológica, reproduzem a degradação ambiental e conduzem à inviabilidade econômica do modo de vida camponês.

Dessa maneira, a opção pela agroecologia não é uma decisão moral ou uma sinalização de virtude, mas uma necessidade de adaptar a produção à realidade camponesa. Diferentemente do agronegócio, que demanda baixa quantidade de força de trabalho e afasta o produtor da terra, pois este não vive, de forma integral, em contato direto com o território rural, a vida camponesa é caracterizada pelo contato direto com seu meio, pois o produtor vive no território e cria ali os múltiplos elementos de sua vida (Cândido, 2023).

Isso significa, por exemplo, que o uso de venenos é uma escolha prejudicial à saúde dos camponeses que pulverizam essas substâncias e vivem nos assentamentos com suas famílias, criações e animais de estimação. No mesmo sentido, a simplificação de ecossistemas e a redução da biodiversidade são prejudiciais para a vida camponesa, pois limitam a variedade da produção e não garantem uma base sólida de subsistência. Contrariamente, a redução da biodiversidade é um dos requisitos para a reprodução da monocultura típica do agronegócio. Além disso, os custos para a realização desse tipo de agricultura não são condizentes com a realidade dos pequenos produtores, o que causa endividamento e, por fim, a perda da terra e o abandono do campo.

Uma das inspirações para este trabalho foi uma frase escrita em um mural pintado na estrutura central da EMS, onde se lê: "Cabe a nós fazer dessas condições materiais a condição material da produção de uma outra política". A frase em questão foi dita pelo professor Milton Santos e reflete diretamente as inquietações e os objetivos presentes neste artigo. Portanto, direcionar o olhar para as condições materiais, ou seja, para a forma como, socialmente, o coletivo organiza seus meios de produção, coloca a técnica em foco. Este artigo busca analisar como o MST se posiciona estrategicamente perante a sofisticação da produção agrícola apresentada pelo modelo técnico do agronegócio. O trabalho parte de uma realidade local — a Escola Milton Santos — para atingir um cenário global, a partir da análise bibliográfica combinada a metodologias qualitativas amparadas na etnografia. De forma articulada, o trabalho se debruça sobre o discurso oficial de lideranças do MST para compreender o posicionamento tático na forma de estratégia; na mesma medida em que, por meio do trabalho de campo e da entrevista, percebe esse discurso materializado em prática no território da EMS.

Para desenvolver a temática, o artigo está organizado em quatro seções.

A primeira é uma seção teórica, em que a técnica é abordada como produtora de subjetividades, sendo o agronegócio e a agroecologia objetos de análise nessa perspectiva. A segunda seção apresenta uma descrição do campo de pesquisa, a partir da apresentação da Escola Milton Santos de Agroecologia, e introduz ideias coletadas nas manifestações públicas de dirigentes do MST proferidas na III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária. A terceira seção oferece uma análise mais aprofundada das falas dos dirigentes, porém da edição seguinte do evento: a IV JURA, momento em que o programa agroecológico do Movimento, seus desafios e horizontes foram apresentados com profundidade. Por fim, o trabalho resgata uma fala pública também proferida na IV JURA que trata da agroecologia como um horizonte de construção de uma forma alternativa de relação e entendimento da natureza, reintroduzindo a Escola Milton Santos no centro da discussão como uma manifestação prática do projeto do MST.

A técnica para além dos meios

O projeto agroecológico do Movimento é, antes de tudo, a expressão de um processo em disputa. Não se trata de uma escolha técnica, como um movimento automático de escolher qual modelo predefinido é mais apropriado para a realidade dos militantes e agricultores. Na realidade, o que está em disputa são modelos produtivos vinculados a projetos antagônicos (Muzeka; Estevam, 2025).

Para compreender a profundidade dessa disputa, é necessário reconhecer que a técnica não é um instrumento neutro, mas uma prática social carregada de valores. Esse ponto de vista tem sido explorado por vários autores, como, por exemplo, Bruno Latour (2012). Contudo, o pensamento materialista de Marx tem sido recuperado pelas lideranças do MST por uma perspectiva que destaca que o processo produtivo é alienante, simultaneamente, em relação aos objetos e às técnicas e também em relação à terra e aos seres. Assim, a aproximação entre a produção rural e a técnica permite vislumbrar os materiais e os procedimentos do processo como dimensões que possuem valores qualitativos capazes de produzir modos de existência.

Isso significa que as atividades técnicas não são apenas meios de atingir resultados que representam um determinado valor quantitativo, mas algo além. Pensar dessa forma possibilita um resgate do pensamento de Marx: "A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são" (Marx, 1998, p. 11). Dessa maneira, de acordo com o referido autor, "Toda produção é a apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior de uma determinada forma de sociedade" (Marx, 2008, p. 243). Estabelecer o processo produtivo como central significa sinalizar um componente sociológico que conecta a atividade humana a "um todo mais amplo" (Marx, 2008, p. 238), com

o objetivo epistemológico de entender a produção como algo que está além de "um simples meio para seus fins privados, como uma necessidade exterior" (Marx, 2008, p. 239), mas como um elemento constitutivo de um modo de vida, de uma forma de ser, interagir e produzir uma realidade.

O pensamento materialista marxiano é útil para esta questão, pois nos lembra que toda a atividade humana está diretamente relacionada às formas pelas quais a humanidade se relaciona com a natureza e, a partir dela, consegue garantir sua sobrevivência. Nessa linha de pensamento, os modos de vida são fundamentais para a reflexão, e o foco da análise passa a ser como a atividade técnica de uma sociedade está diretamente relacionada com seu modo de vida.

Ainda a partir do pensamento marxista, o conceito de Falha Metabólica (Foster, 2005; Saito, 2023) é fundamental nesse contexto, pois conecta de forma indissociável o modo de vida e a produção capitalista com a materialidade dos ecossistemas. Nesse sentido, autores marxistas chamam a atenção para o ritmo de produção capitalista que, por priorizar apenas o lucro em curto prazo, não leva em consideração os impactos ambientais. Isso acontece porque o ritmo da produção se torna mais elevado do que o ritmo de recuperação dos ecossistemas, e esse descompasso tem como consequência final o rompimento do metabolismo sociedade-natureza.

Foster (2005) relembra a história da criação dos primeiros fertilizantes químicos, desenvolvidos pelo químico alemão Justus von Liebig (1803–1870), no contexto da virada da primeira para a segunda Revolução Industrial. Sua contribuição para a agricultura se deu ao notar que o ritmo empregado na produção agrícola inglesa não era compatível com a capacidade de regeneração do solo, o que iria causar um iminente esgotamento de seus nutrientes — uma Falha Metabólica —. Diante disso, o químico desenvolveu o fertilizante químico NPK (nitrogênio, fósforo e potássio), o que permitiu que a agricultura continuasse. Porém, ao adicionar nutrientes ao solo de forma artificial e mecânica, substitui-se a regeneração biológica do solo, por meio de matéria orgânica e microrganismos, por um processo bioquímico artificial. Isso marca o início da agricultura química, base da agricultura moderna hegemônica no agronegócio.

A agricultura moderna voltada ao mercado de *commodities* simplifica o ecossistema e produz unicamente uma mercadoria voltada ao mercado exportador. Anna Tsing (2023) chama atenção para essa questão, destacando-a como importante componente do agronegócio: o processo de simplificação, que, neste caso, é duplo, pois se trata de uma simplificação da diversidade vegetal — na quantidade de produtos agrícolas produzidos —, mas também de uma simplificação das relações com o mundo: "Nas *plantations* do agronegócio, nós coagimos as plantas a crescerem sem a ajuda de outros seres" (Tsing, 2023, p. 44). Um exemplo claro disso é a nutrição do solo que, sem a utilização de fertilizantes químicos, é um processo que envolve diferentes espécies animais, vegetais e fúngicas. Porém, a agricultura química simplifica

essas relações, pois o ritmo da produção capitalista não possibilita esse nível de interação ecológica, não sendo possível atingir tal nível de diversidade biológica em um campo monocultural, justamente pela necessidade de grandes extensões de terra descampadas. Com essa baixa complexidade em uma lavoura de monocultura, associada à pressa na obtenção de resultados e à ausência de florestas e outras espécies, não ocorrem as interações biológicas necessárias para garantir a nutrição do solo, tornando necessária a reposição química.

Essa é a base da agricultura típica da Revolução Verde. Em síntese, podemos pensá-la como uma agricultura com baixos índices de interações ecológicas, mediada por intervenções tecnológicas altamente sofisticadas. O ponto-chave desse modelo produtivo está na criação de uma relação de dependência do produtor para com as grandes corporações que vendem os insumos, como venenos, sementes, fertilizantes e maquinários, ou seja, materiais externos à realidade do campo. Dessa maneira, o capital consegue subordinar todas as camadas da produção, da genética — via Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) — até o grande maquinário (Shiva, 2024). Esse modelo agrícola produz a artificialização de ecossistemas e rompe uma cadeia evolutiva de espécies nativas desenvolvidas por gerações de manejo e interação ecológica (Ribeiro et al., 2017).

Foi a partir dessa conjuntura que, em 2000, durante o 4° Congresso Nacional do MST, os militantes do Movimento estabeleceram como horizonte a mudança da matriz produtiva agrícola, e a agroecologia foi mobilizada como resposta. Nesse contexto, a agroecologia passou a ser apropriada na luta camponesa como algo amplo, que se manifesta como um projeto para estabelecer uma nova relação com a natureza, capaz de produzir uma racionalidade ecológica com potencial para transformar o sujeito (Guhur; da Silva, 2021).

Essa característica ampla da agroecologia apropriada pelo MST, segundo Guhur e da Silva (2021), manifesta-se na práxis da prática social da agroecologia, pois se apresenta como um amálgama de práticas e técnicas agrícolas materiais, mas também como uma ideação em forma de ação consciente sobre a natureza, com o intuito de atingir outro entendimento e outro procedimento técnico na relação sociedade-natureza.

Portanto, é possível pensar que a técnica e os meios de produção de uma sociedade não são apenas procedimentos intermediários entre a satisfação de necessidades e a produção final, mas, sim, elementos indissociáveis da própria constituição da realidade, ou seja, do cosmos. Seguir esse caminho coloca em evidência que o capitalismo não está apenas operando técnicas sobre a natureza, o mundo e o cosmos, mas, dialeticamente, está criando um mundo, sendo este um mundo capitalista que, em sua constituição e cosmovisão, possibilita uma determinada forma de devir.

Yuk Hui (2017) chama a atenção para uma diferente noção de técnica e

propõe uma visão cosmotécnica sobre as atividades humanas. Segundo ele, não é possível conceber a técnica de forma isolada, como um reino independente e totalitário. Pelo contrário, todo artefato técnico deve ser entendido como uma expressão cosmológica da sociedade que o produziu. Dessa maneira, é possível enxergar a ordem cósmica e a ordem moral de forma unificada com as atividades técnicas de uma sociedade, unidade esta que a tecnologia moderna tentou esconder e lançar como universal (Hui, 2017).

Assim sendo, o agronegócio, realização técnica dos aparatos da Revolução Verde, que se desenvolveu no contexto histórico de criação dos Estados capitalistas modernos, deixa de ser apenas um conjunto de tecnologias com potencial de produção quantitativa e se transforma na realização técnica de uma cosmovisão tipicamente capitalista e globalizada. A concepção dessa forma de ver o mundo tem suas bases na instrumentalização da natureza que, intensificada pelo capitalismo industrial, foi capaz de unificar diversos elementos constitutivos da realidade, tomando como medida única e comum a mercadoria:

> Tudo, incluindo os seres humanos, pode ser apropriado para venda ou compra, segundo convenha à satisfação individual daqueles que têm os recursos para comprar. Essa cosmovisão é a que nos coloca à beira do desastre ambiental (Barrientos, 2021, p. 282).

Como muito bem ressalta Barrientos (2021), esta maneira particular de produção da realidade coloca em risco a sobrevivência planetária da espécie humana. Aqui, o conceito de Falha Metabólica torna-se novamente importante, pois essa crise se desenvolveu na produção capitalista. O MST, por sua vez, percebe essa necessidade urgente de superar a falha e recuperar o metabolismo entre sociedade e natureza e também percebe que isso só pode ser feito por meio da proliferação de outra técnica, com o intuito de combater o modelo produtivo vigente. O objetivo passa a ser atingir uma forma de cosmovisão preponderante que produza um cosmos comum a todos, que compartilhe uma norma moral que se resume em uma frase que tive a oportunidade de ouvir de José Maria Tardin, professor de agroecologia do MST: "tudo o que à natureza fazemos, a nós fazemos" (informação verbal). A partir disso, a difusão da agroecologia torna-se um projeto amplo que se estende da esfera produtiva até a esfera da percepção de mundo e das relações com a natureza e, assim, a luta pela terra ganha outra dimensão e se transforma em uma luta pelo cosmos.

Agroecologia em contraste com o agronegócio

Como apresentado na introdução, este trabalho é fruto de um processo de pesquisa de mestrado. Por essa razão, é oportuno apresentar a Escola Milton Santos de Agroecologia para, dessa forma, contextualizar o cenário que configurou o ponto de partida da pesquisa.

A EMS tem uma história que se inicia em 2002, a partir da conquista de um espaço que, no passado, foi apropriado como território de mineração. Ali, criou-se um centro de formação estratégico para atender aos territórios de reforma agrária da região, por meio de apoio e formação técnica para a transição agroecológica.

O espaço onde hoje está a escola foi encontrado em condições de profunda e avançada degradação. Esse estado do solo foi resultado de vários anos de extração mineral, realizada por diferentes empreendimentos de mineração ao longo das décadas de desenvolvimento da cidade de Maringá (PR). Dali eram retirados materiais para a construção civil, e os procedimentos para a extração envolviam maquinários extremamente pesados e o uso de dinamite para a perfuração do solo. Atualmente, ainda é possível enxergar as ruínas dessa atividade, com a presença de fragmentos de rochas pelo chão e camadas expostas do solo, além de uma irregularidade na topografia, marcada pela presença de barrancos e erosões artificiais.

Diante das condições inoperantes do solo, iniciou-se um projeto de regeneração para viabilizar a produção de alimentos voltados ao consumo interno da escola e garantir "uma condição ambiental adequada para materializar princípios da Agroecologia" (Toná, 2016, p. 121).

Atualmente, a escola segue em funcionamento, é lar de moradores que trabalham com agroecologia nas áreas produtivas do território e conta com a criação de gado agroecológico, hortaliças, mel agroecológico e café, além de variedades vegetais, como mandioca, milho, feijão, cúrcuma e quiabo, produzidas em Sistema Agroflorestal (SAF) voltado ao consumo interno da escola. Ali não circula somente a produção própria, pois o território também abriga uma loja do Armazém do Campo, onde são vendidos produtos da Reforma Agrária Popular e, dessa forma, serve como ponto de escoamento dos produtos produzidos por outros territórios do Movimento, assentamentos, acampamentos, associações e cooperativas.

A EMS, como um polo de formação agroecológica voltada aos militantes acampados e assentados da região, realiza cursos técnicos em agroecologia para que essas técnicas sejam aplicadas em seus respectivos territórios. Também oferece cursos e oficinas diversas, com tempos de duração variados, além de ser um local de festa onde se realiza, há três anos, um festejo junino anual aberto a todos: o Arraiá Vermelho.

A EMS é um universo, mas, sobretudo, é uma escola, em um sentido amplo, onde a pedagogia é feita de forma descentralizada e não se encerra nos limites convencionais da educação, mas se realiza no cotidiano da luta social que se manifesta como um Sujeito Social chamado Sem Terra (Caldart, 2012). A EMS é uma realização desse sujeito, pois existe como confrontação da realidade e, na mesma medida, como proposta de mudança concreta que passa pelos interesses dos camponeses e pela construção de sua identidade (Rapchan, 1993). Entretanto, essa confrontação não surge de uma realidade isolada, mas sim da conexão entre a realidade local e uma história de lutas acumuladas pelo Movimento que, na perpetuação de seu projeto, são mobilizadas em ações concretas e direcionadas.

Figura 1 – Salão principal da Escola Milton Santos de Agroecologia

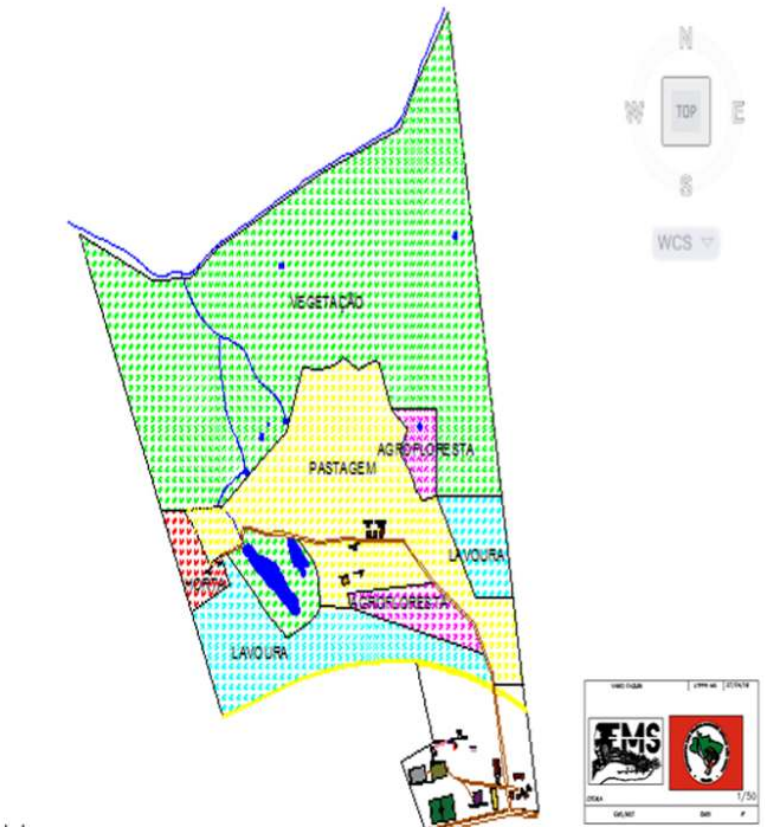


Fonte: Levante Popular da Juventude.

O território da Escola Milton Santos é expressão de um processo histórico que passa pela reorientação interna elaborada pelo 4º Congresso Nacional, que, por sua vez, foi uma resposta às contradições enfrentadas pelo MST naquele período histórico. Trata-se de um momento saturado de problemas estruturais na manutenção dos territórios de reforma agrária,

causados pela adoção das práticas de artificialização e financeirização da agricultura, típicas do modelo produtivo da Revolução Verde. O ponto de destaque é perceber como a escola está inserida em um contexto mais amplo, ligada à realidade concreta de processos históricos, e opera por meio da tomada de consciência por parte de um sujeito social que age em escala local a fim de mudar a realidade.

Figura 2 – Mapa da Escola Milton Santos - 2016



Fonte: Elaborado por Vânio Faquin e Márcia M. M. Toná (apud Toná, 2016).

Existem diferentes frentes de ação com o intuito de transformar a realidade, e uma delas está no campo das ideias, na possibilidade de narrar a realidade a partir do ponto de vista dos camponeses. Uma das maneiras de fazer isso é por meio da parceria com a intelectualidade, da ocupação dos espaços acadêmicos e também do movimento de levar a academia para os territórios. Momentos muito significativos do processo de construção desta pesquisa foram justamente ocasiões dessa natureza, na III e na IV JURA, realizadas na Escola Milton Santos e na Universidade Estadual de Maringá, em parceria institucional.

A III JURA, realizada no dia 15 de junho de 2024, ocorreu no território da EMS e contou com a fala de militantes do MST ligados à história da Escola, que

participaram do processo de adesão à agroecologia. Naquela ocasião, foi realizada uma atividade com dois importantes quadros do MST no Paraná: João Flávio e Nilciney Toná, ambos fundadores da EMS.

João Flávio (2024, informação verbal)[1] foi o primeiro a falar e alertou para a importância de direcionar a discussão ao contexto da década de 1990, pois foi naquele período que o campo, mais uma vez, sofreu mudanças estruturais. Segundo Toná (2016), em sua dissertação de mestrado, aquele foi um momento em que o Brasil se abriu para as empresas transnacionais, e grandes corporações passaram a subordinar o meio rural: "implementando um modelo que buscava a acumulação de capital e novas taxas de crescimento através da subordinação da economia brasileira ao capital financeiro internacional." (Toná, 2016, p. 30). Esse processo de financeirização da agricultura restringe a autonomia do agricultor ao momento da produção, que, por sua vez, também é subordinado e condicionado, pois a propriedade intelectual dos insumos e maquinários pertence às grandes corporações que detêm o monopólio técnico. Isso exclui os pequenos agricultores, sem grandes recursos financeiros e significativos subsídios governamentais, da cadeia produtiva.

Para pensar sobre esse contexto, é preciso, antes, retornar às décadas passadas, ao momento em que o campo brasileiro passou por um processo conhecido como Modernização Conservadora, pois passou por um processo de sofisticação técnica, por meio da entrada do pacote tecnológico da Revolução Verde, mas não modificou as bases sociais e não houve reforma agrária. Dessa forma, houve uma modernização da produção, sem alteração das estruturas sociais, o que resultou na conservação das contradições. Essa conservação das contradições ofereceu as condições para a criação do MST, na intenção de reverter a desterritorialização dos trabalhadores rurais. Esse processo trouxe um desafio muito maior: um projeto de autonomia, que não requer apenas o assentamento, mas necessita de uma estrutura de produção, circulação e consumo para, dessa maneira, construir um campo brasileiro sustentável e autônomo para os camponeses, firmados economicamente como produtores de alimentos para a sociedade (Toná, 2016).

Nesse cenário, o MST trilhava seu caminho e tinha como horizonte tornar-se um setor produtor de alimentos na sociedade. Entretanto, na mesma medida, o capitalismo se reinventou, e a década de 1990 foi marcada pela estruturação do neoliberalismo, o que também mudou os rumos da agricultura no campo brasileiro:

> O modelo agrícola neoliberal caracteriza-se pela concentração, pelo domínio das grandes corporações, pelo prejuízo aos agricultores, pelo direcionamento ao grande estabelecimento agrícola, pelo favorecimento dos países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos, pela intensificação da especialização da produção, pelo incentivo à monocultura, pela

> degradação ambiental e pelo aumento da pobreza (Girardi, 2008, p. 111).

Esse modelo neoliberal no campo brasileiro, segundo a fala de João Flávio (2024, informação verbal), na Escola Milton Santos, foi um movimento de adaptação das forças capitalistas como resposta ao MST, pois, da mesma maneira que o campesinato se modificou politicamente, o latifúndio também se transformou no agronegócio que conhecemos hoje. O agronegócio e o campesinato possuem duas propostas de desenvolvimento distintas, sendo o primeiro direcionado para a exportação de *commodities* no mercado internacional, o que deixa de lado a produção de alimentos para abastecimento interno. Segundo Eduardo Girardi (2008), existem no campo brasileiro duas propostas de desenvolvimento e de modelo agrícola: o agronegócio, incentivado por órgãos internacionais, principalmente o Banco Mundial; e o campesinato, composto pela agricultura familiar e promovido por movimentos socioterritoriais. Suas características são contraditórias: o agronegócio é marcado por grandes propriedades, mecanização da produção, especulação e concentração de poder político e econômico; o campesinato é formado por pequenas propriedades, produção familiar e cooperativismo.

Um ponto a ser destacado é que o modelo neoliberal retira a autonomia do agricultor. Sua participação fica restrita apenas à produção, e as grandes corporações tornam-se responsáveis pelo abastecimento de sementes, pela entrega de insumos e pelo desenvolvimento tecnológico, ou seja, trata-se de um processo de sequestro da agricultura local.

Esse processo político da década de 1990 teve como resultado o fortalecimento do pacote tecnológico da Revolução Verde e de seu modelo produtivo, que, em suma, fere a autonomia dos trabalhadores e intensifica a degradação ambiental.

Segundo Martins (2017), entende-se por Revolução Verde todo um aparato tecnológico químico desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito, foi preciso dar alguma finalidade àquelas novas invenções, que foram aplicadas na agricultura e disseminadas por todo o planeta nas décadas de 1960 e 1970. Esse modelo de produção agrícola tinha como objetivo a erradicação da fome; entretanto, as consequências desse pacote, principalmente na região tropical do mundo, resultaram em uma drástica redução da biodiversidade e na extinção de espécies vegetais cuja adaptação é resultado de processos milenares, o que provocou uma profunda artificialização de ecossistemas (Ribeiro et al., 2017). Segundo essa lógica, as grandes corporações dominam a técnica, as sementes e os insumos. Isso resulta em uma agricultura altamente artificial, na qual praticamente todos os processos se utilizam de elementos estranhos ao ecossistema.

E, para além da questão da autonomia, a Revolução Verde produz um modelo agrícola que acarreta altíssimo prejuízo ambiental. Para compreender

isso, é preciso ir até a essência do capitalismo. Toda atividade social vem do resultado da interação entre os humanos e a natureza, o que, na teoria marxista, recebe o nome de metabolismo:

> Na economia política desenvolvida por Marx, tal como apresentada em O Capital, o conceito de "metabolismo" (*Stoffwechsel*) foi empregado para definir o processo de trabalho como "um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza" (Foster, 2005, p. 201).

Essas trocas metabólicas com o ambiente são a condição mais básica da existência humana, pois a primeira condição de toda a história é a existência de seres humanos vivos, e, para que isso aconteça, é necessário que esses humanos desenvolvam uma maneira de adquirir seus meios de subsistência, proporcionando, assim, uma relação "entre eles e o restante da natureza" (Marx, 1998, p. 10). Toda a história e as dinâmicas sociais são consequência dessa relação, e a maneira pela qual os humanos socialmente produzem seus meios não é apenas um intermediário, mas configura o modo de vida dessa sociedade. Na sociedade capitalista, os meios e o ritmo da produção resultaram, pela primeira vez na história humana, em uma "falha metabólica" (Foster, 2005; Saito, 2022). Isso quer dizer que o ritmo da produção social capitalista não é compatível com o ritmo da capacidade de regeneração dos ecossistemas.

Esse fenômeno pode ser entendido, segundo Saito (2022), como um processo de "submissão real da natureza", pois, para além de uma relação metabólica em que a atividade humana explora os recursos da natureza de acordo com os ritmos naturais, há todo um processo de alteração do ritmo produtivo que, por meio de elementos artificiais, exteriores ao ecossistema, resulta em uma produção que contraria todos os preceitos ecológicos, levando ao limite a saúde do ecossistema. A consequência disso pode ser observada em duas esferas: de um lado, a submissão de todo um ambiente ecológico à expansão fetichista do lucro; de outro, o enfraquecimento da autonomia dos agricultores, pois ficam dependentes da economia de commodities e do aparato técnico do agronegócio.

Foi a partir da análise desse cenário que o MST, nos anos de 1990 e, principalmente, depois de 2000, propôs mudanças estruturais em suas diretrizes e, novamente, baseado nas palavras de João Flávio (2024), no III JURA, compreendeu a necessidade de mudar a matriz produtiva para, dessa maneira, sair do modelo do agronegócio e buscar diferentes técnicas, adaptadas à realidade do trabalhador, sendo a agroecologia o caminho escolhido. Essas são as bases da Reforma Agrária Popular, uma proposta interna do Movimento que indica uma sofisticada noção de reforma no campo, que vai além da distribuição de terras, mas pensa em transformações estruturais para o meio rural:

> Reforma Agrária Popular: 1. democratização da terra; 2. água: um bem da natureza em benefício da humanidade; 3. novo modo de organização da produção agrícola; 4. uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura; 5. industrialização no interior do país; 6. política agrícola; 7. Educação do Campo; 8. desenvolvimento da infraestrutura social nas comunidades rurais e camponesas; 9. mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa (Toná, 2016, p. 47).

A agroecologia aparece nesse contexto também como um fator estratégico. A partir do momento em que o MST entendeu que, por muito tempo, os assentamentos reproduziram o modelo de fazenda convencional, percebeu que não faz sentido que um movimento camponês reproduza um modelo que historicamente foi desenvolvido para não precisar de camponeses. Nesse sentido, a agroecologia é mais do que uma técnica diferente: é uma nova forma de organizar o trabalho e a vida, a qual demanda uma mudança de consciência sobre a natureza, pois necessita de um diferente tipo de manejo. Dessa forma, o MST centraliza a satisfação das necessidades humanas em um processo de criar e recriar um modo de viver e repensar a falha metabólica, propondo uma outra forma de relação sociedade-natureza.

"Plantar árvores e produzir alimentos saudáveis"

A discussão trazida no III JURA possibilitou traçar uma conjuntura do campo de disputas do rural brasileiro. É perceptível que há, em disputa, dois modelos de agricultura que, consequentemente, propõem duas formas de desenvolvimento. De um lado, uma força preponderante focada no mercado internacional de commodities; do outro lado, um movimento insurgente direcionado para a produção voltada para o consumo interno e para a garantia da soberania alimentar dos territórios que, consequentemente, entra em conflito com o modelo de organização produtiva e suas relações sociedade-natureza.

Nesse sentido, o agronegócio dissemina uma forma de agricultura focada na monocultura, que é politicamente reativa, uma herança histórica das *plantations*. Essa forma de produzir gera ecossistemas simplificados, ou seja, com baixos níveis de interação ecológica e participação de outras espécies na manutenção da fertilidade do solo. Para avançar neste aspecto, Anna Tsing (2015), ao analisar as *plantations*, destaca:

> Tomando de empréstimo da agricultura de cereais promovida pelo Estado, investiu-se tudo na superabundância de uma só lavoura. Mas faltou um ingrediente: removeu-se o amor. Ao invés do romance conectando as pessoas, as plantas e os

> lugares, os monocultores europeus nos apresentaram o cultivo pela coerção (Tsing, 2015, p. 189).

Este ponto levantado pela autora ajuda a pensar a monocultura — atualmente o modo de produção preponderante do agronegócio — como algo que expressa algo mais complexo do que uma simples maneira de organizar a produção. É uma forma típica de relacionamento com a natureza, mediada pela depredação e pela extração máxima de seu potencial lucrativo, o contrário de uma relação associativa com o ambiente. Isso cria um tipo de relação social na qual a satisfação das necessidades humanas não é o objetivo central, "mas a valorização do valor, ou seja, a necessidade de sua permanente reprodução ampliada" (Tardin; Guhur, 2017, p. 49).

Por outro lado, o projeto agroecológico do MST é uma proposta contra a hegemonia técnica, científica e sensível do Capital. Dessa forma, a agroecologia é mobilizada como uma maneira alternativa de produzir alimentos, conhecimento e, sobretudo, perceber e interagir com o real biótico e abiótico, priorizando a produção de alimentos saudáveis, o diálogo de saberes e uma sensibilidade ecológica que produza um entendimento coletivo acerca da natureza.

Portanto, propor um projeto diferente de sociedade significa entrar em embate com o poder estabelecido e preponderante do Capital, que, além da monocultura de grãos, também dissemina a monocultura do pensamento.

Isso ficou claro um ano após a terceira JURA, com a realização de mais uma edição do evento, novamente na Universidade Estadual de Maringá e na Escola Milton Santos, entre os dias 12 e 14 de junho de 2025. O evento teve como lema "Defender a vida, combater o agronegócio". Esse título movimentou setores do agronegócio local, que manifestaram repúdio publicamente. As manifestações partiram da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), da Associação Maringaense dos Engenheiros Agrônomos (AMEA) e da Sociedade Rural de Maringá (SRM). As organizações ruralistas emitiram notas contra o evento.

Porém, apesar da ofensiva, o evento aconteceu normalmente e foi uma oportunidade para mobilizar diversas discussões acerca dos interesses camponeses. Essa rápida polêmica, de certo modo, foi simbólica e conectou-se diretamente com a abertura do evento, inaugurado com uma fala remota de Ceres Hadich, integrante da coordenação nacional do MST, agrônoma e mestre em Agroecologia pela Universidad Agraria de La Habana.

Na ocasião, Ceres iniciou sua fala colocando como ordem do dia disputar narrativas e consciências, pois há, no interior das contradições da Questão Agrária, uma determinada forma preponderante de consciência nacional. Isso significa dizer que a forma de organização do rural brasileiro — iniciada por processos históricos ainda no contexto do Brasil Colônia e continuados pela manutenção colonial na Divisão Internacional do Trabalho — produz, na

consciência coletiva da nação, uma Lógica Agrária que interpreta o setor primário de venda de *commodities* como a vocação nacional do Brasil. Isso estrutura o capital no Brasil e, consequentemente, seu questionamento e apontamento de contradições no modelo tornam-se uma afronta e um tabu (informação verbal)[1], como foi muito bem observado na reação das associações ruralistas de Maringá.

Na mesma direção, também recebeu destaque a disputa dos modelos de agricultura que se estruturam em uma contradição entre o latifúndio do agronegócio e as pequenas e médias propriedades da agricultura familiar. Essa contradição também existe como consequência de um processo histórico em que uma Reforma Agrária moderna nunca foi realizada. Isso cria um monopólio do acesso à terra e dificulta a permanência de famílias produtoras no campo, dado que mantém um modelo de agricultura exploratória. Essa disposição da estrutura fundiária gera uma série de contradições socioambientais e produz uma forma de habitar predatória que reduz a biodiversidade e a soberania dos camponeses.

Por outro lado, a agroecologia opõe-se a este modelo e fortalece a agricultura camponesa e familiar, pois promove relações que não são somente mercantis na agricultura, mas relações múltiplas e diversas e, sobretudo, produz alimentos, não somente mercadorias. Além disso, a agroecologia aparece também como uma racionalidade ecológica — reforçando a disputa entre consciências — em contraponto à lógica capitalista, que trata a natureza de forma mecanicista. Nesse sentido, o projeto de agroecologia também é um movimento ontológico, já que concebe a existência humana dentro da ecologia e como parte constitutiva da natureza.

Esse aspecto aproxima-se de um debate promovido por Michael Löwy (2014), quando o autor trata do sistema capitalista como disseminador de uma "racionalidade estreita e míope" (Löwy, 2014, p. 8) e de um sistema ecologicamente insustentável que arrasta a saúde planetária para um possível ponto de crise sem retorno. A acumulação capitalista constitui uma contradição insuperável do modelo produtivo, pois parte de uma lógica imediatista de obtenção de lucro em detrimento dos ciclos ecológicos, que funcionam em uma temporalidade diferente do mercado. A proposta ecossocialista de Löwy relaciona-se com a proposta agroecológica do MST, pois ambas criticam justamente o modelo produtivo e a percepção de que a luta anticapitalista é, necessariamente, uma luta ecológica em favor de outros modos de vida que promovam relações mais saudáveis com a natureza.

O ponto central é perceber que o modelo de produção capitalista — neste caso específico, representado pelo agronegócio — cria um mundo onde

[1] Fala proferida por Ceres Hadich na IV Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária no dia 12 de junho de 2025 em Maringá (PR).

prospera a valorização absoluta do valor de troca sobre os múltiplos valores de uso que a natureza pode proporcionar. O sistema capitalista, ao produzir mercadorias por meio da transformação da natureza — em medidas desiguais de metabolismo social —, oculta uma infinita diversidade de possíveis valores sociais que podem ser produzidos a partir do ambiente, reduzindo todo o esforço ecológico a uma fábrica de produção de valor de troca.

A monocultura é um forte exemplo desta dinâmica simplificadora, pois retira de um ecossistema toda sua complexidade ecológica em detrimento da produção padronizada de uma única mercadoria a ser vendida no mercado internacional. Nesse sentido, questionar esta configuração de mundo é:

> questionar a autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como um objetivo em si mesmo, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens da rentabilidade e às necessidades da acumulação do capital (Löwy, 2014, p. 40).

Hadich, na ocasião da IV JURA, também destaca a necessidade de questionar a moralidade da propriedade, a qual se apresenta, muitas vezes, como algo inquestionável (informação verbal)[2].

Nesse sentido, tratar a propriedade privada de longas extensões de terra como algo natural, ou simplesmente como um direito inalienável, é esconder a ferida aberta de todo o violento processo histórico da colonização e da acumulação primitiva de capital e reproduzir, em seu lugar, uma ideia positiva e idílica sobre o agronegócio, composto por pessoas de bem, trabalhadoras, que movem o setor da economia mais importante do país, quando, na realidade, "os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos" (Marx, 1989, p. 829). Pelo contrário, a concentração de terras realizou-se por vias autoritárias e frequentemente violentas.

Dessa maneira, a propriedade privada sustenta essa contradição, que, por um lado, impede o acesso à terra e também subordina o campesinato às determinações do Capital e, assim:

> leva os camponeses a produzir alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, estabelecendo a produção de valor de troca; provoca a extensão da jornada de trabalho da família camponesa; efetua o controle parcial do processo produtivo camponês; induz à dependência do capital financeiro, que viabiliza a reposição dos meios de produção; efetiva, mediante relações de troca desiguais, a exploração do valor gerado pelo camponês; e, finalmente, produz a pauperização relativa das famílias camponesas (Tavares dos Santos, 1981, p. 111).

[2] Fala proferida por Ceres Hadich na IV Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária no dia 12 de junho de 2025 em Maringá (PR).

Ao mesmo tempo, a classe dominante utiliza a propriedade privada como ideologia para cooptar os pequenos produtores por meio de uma defesa difusa de uma "propriedade em geral" (Tavares dos Santos, 1981, p. 115), na mesma medida em que perpetua um estigma perante as propostas de reforma agrária, sob a prerrogativa de que uma reforma atingiria e desapropriaria também as pequenas e médias propriedades familiares (Tavares dos Santos, 1981).

É justamente por esta razão que um evento como a IV JURA foi visto de forma ameaçadora pela sociedade ruralista, pelo fato de colocar em evidência a necessidade de repensar o modelo produtivo e a relação sociedade-natureza, o que passa por colocar a Reforma Agrária em pauta.

Nessa direção, vale trazer outra fala proferida na IV JURA, no dia 13 de junho de 2025, por José Maria Tardin, o mesmo professor cuja frase emblemática foi citada no início deste artigo: "tudo que à natureza fazemos, a nós fazemos" (informação verbal).

O segundo dia do evento contou com uma apresentação de José Maria Tardin, que, no momento, atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST e, no passado, foi coordenador e educador na Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA).

Tardin iniciou sua fala com uma provocação e, contrariando o senso comum imediato, afirmou que o Tratado de Tordesilhas foi a única Reforma Agrária realizada no Brasil, e foi justamente esta medida que estruturou o latifúndio no território nacional e estabeleceu as bases das contradições que perduram até a contemporaneidade, sendo os indígenas os primeiros afetados. Nesse sentido, na concepção de Tardin, uma nova reforma, com a finalidade de desmontar a concentração fundiária estabelecida pela apropriação colonial das terras indígenas, não esteve nos interesses da burguesia nacional, pois esta tem sua força justamente na manutenção do latifúndio (informação verbal).

Portanto, diante de um cenário pouco positivo, em que uma Reforma Agrária tradicional não está na pauta do dia no cenário brasileiro, o MST propõe um novo modelo: a Reforma Agrária Popular, que inova a proposta tradicional por fundar-se numa disputa de hegemonia técnica que permite, por meio da agroecologia, demonstrar as contradições do modelo de produção do agronegócio. Contudo, a agroecologia não é um conceito difundido no imaginário cultural brasileiro, sendo muitas vezes associada a um termo acadêmico distante da realidade popular. Portanto, Tardin apresentou uma síntese de agroecologia no sentido do MST, definida como: "Plantar árvores e produzir alimentos saudáveis" (informação verbal). Essa definição funciona de forma autoexplicativa e comunica o Programa Agrário do MST, priorizando a socialização dos bens naturais como bens comuns, a partir da defesa das águas, da biodiversidade e de sementes livres e da promoção do cooperativismo.

Essa proposta evidencia as contradições do modelo produtivo vigente, pois, segundo Tardin, o agronegócio não tem capacidades materiais e subjetivas

para promover uma agricultura que consiga plantar árvores e produzir alimentos saudáveis, justamente pela lógica capitalista e pelos materiais e pelas técnicas de sua produção. Portanto, promover a biodiversidade é uma tarefa dos povos (informação verbal).

Nessa linha de pensamento, a "cosmotécnica" (Hui, 2017) do agronegócio começa a se revelar, e a utilização do pacote tecnológico da Revolução Verde deixa de ser entendida como mecânica ou neutra e começa a ser percebida como uma parte constitutiva de uma forma especificamente capitalista de se relacionar com o ambiente. Tardin chama a atenção para o potencial que a ocupação do latifúndio e, por outro lado, a promoção da agroecologia têm para desalienar a natureza, em um processo — por meio da técnica agroecológica — de integração com os ciclos ecológicos do território, vinculando os meios de garantia de subsistência à saúde do ecossistema habitado. Nesse sentido, a frase "Tudo que à Natureza fazemos, a nós fazemos" (informação verbal) ganha uma dimensão verdadeiramente cosmológica, pois expressa a necessidade imediata de integrar os ciclos ecológicos do território com a reprodução da vida econômica, deixando de ser apenas um slogan de conscientização, mas uma implicação e uma necessidade existencial da "restauração revolucionária da nossa relação metabólica com a natureza" (Foster, 2005, apud Tardin; Guhur, 2017, p. 52).

Agroecologia como convívio

Ainda na programação da IV JURA, o último dia de palestras realizou-se na Escola Milton Santos. Naquela ocasião, Dominique Guhur estava presente e foi uma das palestrantes. Sua fala foi dedicada à dimensão ecológica da luta pela terra e da agroecologia no MST.

O primeiro ponto levantado por Dominique Guhur foi a noção de que o compromisso do Movimento com a produção de alimentos e a promoção de relações harmoniosas com a natureza já estava presente na gênese do MST, quando foi elaborado um primeiro entendimento dessa dimensão da luta (informação verbal)[3]. Isso se encontra registrado no Documento Final do Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos itens da seção que trata da distribuição e do uso das terras; mais especificamente, nos seguintes itens: "1.9 - Que o governo estimule a produção para o atendimento das necessidades de todo o povo. 1.10 - Que o governo garanta que a produção respeite a preservação do meio ambiente" (MST, 1985, p. 2).

Esse compromisso se manteve e se acentuou com o passar do tempo, até que, na virada do milênio, em um contexto de intensificação da questão agrária

[3] Fala proferida por Dominique Guhur na IV Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária no dia 14 de junho de 2025 em Maringá (PR).

e de fortalecimento do poder das grandes corporações multinacionais do agronegócio, o Quarto Congresso do MST colocou na ordem do dia a necessidade de pensar no modelo de produção agrícola:

> Na agricultura, a situação é ainda mais grave. O governo FHC quer "modernizar" o meio rural, dando estímulos somente às grandes fazendas exportadoras, entregando o controle do mercado agrícola para as empresas multinacionais e permitindo às agroindústrias controlar o abastecimento de alimentos.
> Liquidou seus centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Assim, as conquistas da ciência, que pertencem à humanidade, hoje são monopolizadas pelas multinacionais que detêm seus próprios centros de pesquisa. Agora, esse mesmo governo está entregando toda a pesquisa em biotecnologia para o controle das multinacionais, que vão fazer mudanças genéticas nas plantas e nos alimentos, sem nenhum controle, visando apenas aumentar seus lucros, colocando, assim, em risco o meio ambiente, a saúde dos agricultores e a dos consumidores (MST, 2000, p. 2).

Nessa conjuntura, ficou claro que a perpetuação do pacote agrícola da Revolução Verde, como consequência das decisões político-econômicas adotadas naquele período, é um risco para a saúde ambiental e humana, além de prejudicar a soberania tecnológica e científica. Nesse sentido, uma nova matriz produtiva se tornou central. Portanto, foi necessário investir no desenvolvimento, na disseminação e no fortalecimento de práticas agroecológicas nos territórios.

Nessa linha, Guhur ressaltou um ponto importante sobre a agroecologia, que diz respeito à sua dimensão de prática social relacionada ao processo de consolidação da humanidade como espécie. Assim sendo, a agroecologia, antes de ser um conceito, fruto de uma sistematização científica, é uma prática que permitiu o estabelecimento de relações coevolutivas entre os humanos e o ambiente. É justamente neste ponto que a agroecologia se apresenta como uma importante ferramenta para lidar com as contradições historicamente colocadas, que, na conjuntura atual, são permeadas pela questão ambiental e pela manutenção da saúde planetária.

Entretanto, para que essas contradições sejam superadas, é preciso transformar as relações sociais com o meio; ou seja, é necessário estabelecer formas de metabolismo social que possibilitem um entendimento coletivo de pertencimento à natureza.

Nessa lógica, para que haja esse entendimento pleno, é preciso disseminar técnicas que promovam tais relações sociedade-natureza. Logo, a educação e a capacitação técnica para a produção agroecológica tornam-se centrais. Esse aspecto direciona a discussão deste trabalho de volta à Escola Milton Santos, que pode funcionar como microcosmo analítico para perceber esse processo de disseminação.

Como já mencionado, a EMS é um território que passou por regeneração do solo. Uma entrevista realizada com um morador da escola, que participou do projeto de recuperação, permitiu uma melhor compreensão desse processo. Seu nome é Seu João, militante do MST desde 1986, altamente experiente em práticas agroecológicas. Segundo suas palavras: "Eu faço agroecologia antes mesmo do MST começar a fazer isso" (informação verbal)[4].

O contato com Seu João iniciou durante o EIV. Sua apresentação como um quadro histórico da agroecologia no MST despertou a motivação para a realização de uma entrevista, a fim de aprofundar sua vivência e conectar a história do indivíduo com o processo geral do MST. Como foi informado na introdução, o interlocutor aceitou a realização da entrevista, que foi realizada *in loco*.

No dia da entrevista, a gravação aconteceu no quintal de sua casa. Nessa ocasião, João explicou que sua relação com a agroecologia é oriunda de sua origem camponesa. É filho e neto de camponeses, e seus ancestrais partilhavam de "um meio de vida, a relação direta com a natureza, então tudo o que eles precisavam, a natureza fornecia, desde alimento até o remédio" (Seu João, 2025). Entretanto, logo em sua fase inicial de vida:

> foi quando teve essa mudança no campo agrário brasileiro, que foi introduzida a Revolução Verde, e daí essa era uma coisa diferente que ela, de um certo modo, tirou muitas das coisas e possibilidades que as pessoas do campo tinham. Você vai destocando tudo, vai acabando com tudo. Aí você já começa a ter uma perda da biodiversidade, porque o trator vai passando por cima. Aquelas plantas que se usavam, que faziam parte da dieta do dia a dia do camponês, que ficavam lá nos pés do toco, no meio da roça, nas beiradinhas... Aquilo foram mecanizando tudo, e essa diversidade também foi desaparecendo. Então, tem coisa que eu conheci nesse passado que eu nunca mais vou ver, que entrou em extinção (Seu João, 2025)[5].

Diante dessas mudanças estruturais, Seu João se deparou com maiores dificuldades para se manter no campo, pois, com a mecanização, a demanda de mão de obra caiu, o preço das terras aumentou e os valores dos arrendamentos consumiam parte considerável dos recursos financeiros dos agricultores. Diante desse cenário, o MST era uma saída para se manter no campo.

João também relatou que o Movimento se encontra muito mais estruturado atualmente, se comparado com seus tempos iniciais de luta:

> Não tinha essa estrutura de hoje. Isso tudo eu vi nascer: Escola Florestan Fernandes, Milton Santos... Eu ajudei a pensar isso aqui antes de existir. Era um sonho nosso ter alguma coisa em Maringá, que era um grande centro, para nós divulgarmos o Movimento e os produtos da Reforma Agrária (Seu João, 2025).

[4] Fala proferida por Seu João na Escola Milton Santos no dia 7 de abril de 2025 em Maringá (PR).
[5] Fala registrada por meio de entrevista gravada no dia 26 de abril de 2025.

Durante a interlocução, um ponto se tornou central: a dimensão subjetiva da agroecologia e como essa técnica possibilita uma forma diferente de se relacionar com a natureza.

Seu João entende que: "A agroecologia é o convívio" (Seu João, 2025) e, a partir desse convívio prolongado com o ambiente: "Você começa a entender que é apenas uma vida, e que as plantas são uma vida diferente" (Seu João, 2025). Ainda nessa linha de pensamento, a cosmologia indígena entrou na conversa. Isso aconteceu porque, na juventude, João viveu 11 meses com indígenas guaranis no Paraguai. Esse fato chamou muito a atenção e provocou a pergunta sobre se a agroecologia é influenciada pela espiritualidade e pelo modo de vida indígena. Sua resposta foi impactante:

> Sim, né, cara. É nisso que a gente teria que chegar, né? A gente tem que amar tanto a natureza, ter toda essa força. Eles estão evocando os espíritos da natureza e, as pessoas acreditando ou não, tem uma força na natureza que não tem como explicar [...] Depois que você pega uma comunhão com a coisa, tá bem integrado com a natureza, as coisas começam a acontecer. Você começa a ver muitas coisas (Seu João, 2025).

Em certo momento, a fundação da EMS e sua participação no processo de recuperação da área degradada foram colocadas em questão. Seu João relatou que "o troço era bruto mesmo" (Seu João, 2025), pois não havia praticamente nenhuma estrutura para iniciar o projeto, além de algumas ruínas dos antigos empreendimentos. O trabalho foi feito de forma voluntária, organizando grupos de militantes para trabalharem por certo período de tempo. Apesar da brutalidade, havia uma confiança no projeto e o entendimento de que seria uma importante ferramenta para a promoção da agroecologia.

Um ponto que chama atenção em seu depoimento é o nível de degradação que o espaço apresentava, consequência de décadas de mineração. Entretanto, atualmente, ao adentrar o território da EMS, o que se encontra é uma floresta:

> A gente vem cuidando disso aqui. Não achava nem um calango. Hoje tem muito bicho, bastante ave já, então já é um lugar que tá bem vivo, a coisa, porque ficaram muitos anos explorando terra e pedra aqui, o pisoteio de máquina em toda a área. Tiraram muitas camadas da superfície do solo, e a camada viva é só a parte de cima do solo. Grama não saía, não tinha grama, nem grama, cara [...] Se você olhar lá em cima, aquelas árvores lá, deu muito trabalho. Foi muito trabalho pra sair aquelas primeiras árvores lá, pela condição do solo. Hoje já tem, lá em cima, um microclima bem gostoso. Aqui em volta foi tudo plantado também (Seu João, 2025).

Para não se limitar à narração, Seu João propôs uma caminhada para, dessa forma, ver na prática sobre o que ele estava falando. Portanto, descemos até uma parte mais isolada da Escola, que é dedicada à produção agroecológica voltada ao consumo interno: um grande Sistema Agroflorestal.

Na lavoura, a irrigação é feita por gravidade, e esguichos pulverizam água de forma delicada. Havia diversos cultivos diferentes, como mandioca e milho em mais larga escala, e outros alimentos mais sensíveis: "Tem alface, tem couve, tem repolho, tem essa cebola de cabeça, cebolinha, beterraba e cenoura. Aqui, pulveriza bem de levinho uma água, é a melhor que tem, tem pouco impacto" (Seu João, 2025). Além disso, é aplicada uma técnica que procura produzir outros vegetais entre os cultivos para, dessa forma, no meio da mandioca, por exemplo, também se produzir quiabo, açafrão e feijão.

O que mais se destacou nessa visita pela lavoura foi a visível felicidade de Seu João. Ele descrevia a aparência das plantas com muita admiração e orgulho do trabalho que fizeram:

> Eu queria que você visse isso aqui, porque a ideia é fazer uma coisa bem bonita. Aí, lá perto daquela aguinha, queremos fazer uma casinha simples pra poder lavar uma verdura, ter uma coisa bem bonita e simples. Quando as pessoas vêm aqui, querem visitar, já passam no mato, veem uma coisa bacana. Pra agroecologia é bacana isso, poder circular no ambiente. (Seu João, 2025).

Depois de passar pela lavoura, subimos até o pasto, onde era possível ter um ponto de observação mais elevado. De lá, era possível enxergar uma grande irregularidade do solo. Essa característica irregular é fruto da atividade mineradora. A altura original está na estrada que leva até a EMS; desse ponto até onde se inicia o território há uma depressão, uma espécie de barranco, e isso vai se repetindo até chegar à área onde está a lavoura.

Subimos até um ponto bem alto. Seu João chamou a atenção para o nível de degradação deixado pela mineradora; ele queria mostrar como era extremamente alto. Porém, na realidade, não se tratava de um ponto alto, mas, sim, de um chão muito perfurado:

> Aqui tem vários barrancos. Ali pra cima tem outro e, se você perceber, lá no começo, onde fica a escola, pra sair pra estrada, tem outro barranco, que também é tudo parte dessa atividade da empresa. Eu nunca tinha visto um lugar que degradou tanto, e é toda a área, rapaz. Agora que já começam coisas espontâneas a sair, acelera muito o processo. A natureza tem essa capacidade: se você isolar um lugar, sem nenhuma interferência humana, já começa a regenerar. Só que, assim, quando a gente vai trabalhar sobre agrofloresta com as pessoas, o que a natureza iria demorar 30 anos pra fazer, nós fazemos em 4 ou 5. A gente dá essa adiantada pra natureza e adianta o lado

> dela. Em 4 ou 5 anos, a gente consegue fazer o que a natureza iria demorar até 40 anos pra fazer (Seu João, 2025).

Do alto daquele barranco artificial foi onde a verdadeira proporção disso tudo se tornou evidente. Há ali uma sobreposição de degradação com recuperação: gramas e arbustos nascendo sobre pedaços expostos de pedras no chão. Ao mesmo tempo, essa composição sinalizava que a disposição topológica da superfície do solo causa espanto ao lembrar que se trata de uma atividade humana, não de um processo geográfico demorado e natural, ao passo que são visíveis grandes porções de mata que, do mesmo modo, são originárias de atividades humanas por meio da agroecologia.

Dali de cima, o Antropoceno torna-se visível, manifesto na forma das modificações geográficas sofridas no território pela atividade passada da mineração. Entretanto, imbricadas sobre as rugosidades historicamente produzidas, florescem metamorfoses resultantes de outra forma de divisão do trabalho que está em andamento. Coexistem, impressas em um mesmo espaço, duas diferentes histórias de interações com o ambiente, que possuem potenciais antagônicos de modificar profundamente as características dos ecossistemas.

Considerações finais

Direcionar o foco da análise à técnica mostrou-se uma estratégia profícua para observar a densidade das relações sociedade-natureza. O ponto central foi deslocar a técnica do lugar de pano de fundo para o de fio condutor. Dessa forma, observar os meios de vida torna-se um exercício dialético em que a técnica não apenas extrai produtos da realidade, mas também cria uma realidade.

Como exposto, a forma de reprodução técnica do agronegócio não é apenas um meio para a obtenção de produtos descolados da realidade; pelo contrário, é agente ativo na redefinição completa de ecossistemas, promovendo simplificações cujas consequências são múltiplas (Tsing, 2023). A técnica, portanto, não pode mais ser concebida de forma puramente instrumental. A mesma ausência de neutralidade se aplica à agroecologia, que não é mobilizada de forma unicamente instrumental, mas representa um projeto de mundo. Isso ficou claro nas falas dos militantes e foi reforçado pela vivência cotidiana de Seu João: há, na agroecologia, o horizonte de produzir uma cosmovisão distinta, que necessariamente só pode ser atingida pela disseminação de outra técnica.

Além disso, a necessidade de pensar em uma técnica alternativa, fundada em outro paradigma, só se coloca como consequência dos efeitos ecológicos produzidos por uma forma especificamente capitalista de se

relacionar com o ambiente — que é, ao mesmo tempo, uma técnica e uma cosmovisão, ambas profunda e dialeticamente relacionadas.

Portanto, a experiência produtiva agroecológica proposta pelo MST abre caminhos para a construção de um novo paradigma para a produção agrícola, que possibilita uma forma de organizar a produção em que a racionalidade obtusa do lucro imediato seja superada, e os valores qualitativos dos ciclos da natureza sejam integrados à vida humana em favor da coexistência.

Referências bibliográficas

BARRIENTOS, Carlos. Cosmovisões. in: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes; VARGAS, Maria Cristina. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão popular, 2021.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **As jornadas universitárias em defesa da reforma agrária e os direitos humanos:** breve análise conjuntural de 2018. Boletim DATALUTA, Presidente Prudente, n. 138, art. 6, jun. 2019. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/6artigodomes_2019.pdf

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e transformação dos seus meios de vida. São Paulo. Todavia, 2023.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx:** materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GIRARDI. E. P. **A atualidade da questão agrária**. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. Atlas da Questão Agrária Brasileira - Presidente Prudente, São Paulo, 2008. disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/96a06733-9605-4888-a568-d1a47fe2ed0c/content .

GUHUR, Dominique; DA SILVA, Nívia Regina. Agroecologia. in: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes; VARGAS, Maria Cristina. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão popular, 2021.

HUI, Yuk. On Cosmotechnics**:** For a Renewed Relation between Technology and Nature in the Anthropocene. **Techné:** Research in Philosophy and Technology Volume 21, Issues 2–3, 2017.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINS, Adalberto. Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho. in: RIBEIRO, Diorana Soares et al. **Agroecologia na educação básica:** questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2.ed - São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MST. **Documento Final do Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** 1º Congresso Nacional Curitiba 29 a 31 jan. 1985. disponível em:
https://mst.org.br/download/documento-final-do-primeiro-congresso-nacional-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra/.

MST. **Manifesto do MST ao povo brasileiro**. 4º Congresso Nacional do MST. Brasília, 11 de Agosto de 2000. disponível em:
https://mst.org.br/download/manifesto-ao-povo-brasileiro-sobre-o-4o-congresso-nacional-do-mst/ .

MUZEKA, Danieli Cristina de Souza; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. A reforma agrária popular no Brasil nas perspectivas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Revista NERA**, v. 28, n. 4, e 10892, out.-dez., 2025. disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-675520252810892

RAPCHAN, Eliane Sebeika. **De identidades e pessoas:** um estudo de caso sobre os sem terra de Sumaré. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 1993.

RIBEIRO, Dionara Soares. **Agroecologia na educação básica:** questões propositivas de conteúdo e metodologia, 2017.

SAITO, Kohei. **Marx in the Anthropocene**: Towards the Idea of Degrowth Communism. Cambridge University Press, 2023.

SHIVA, Vandana. **Terra viva**: minha vida em uma biodiversidade de movimentos. Boitempo, 2024.

TARDIN, José Maria; GUHUR, Dominique. Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza. in: MOLINA, Mônica Castagna, et al. **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias** Volume II Reflexões sobre o Programa Residência Agrária, Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A reprodução subordinada do Campesinato. In: **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 2 (2): 109 – 117, 1981. disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/download/136/442

TONÁ, Nilciney. **Contribuição dos egressos da Escola Milton Santos para a promoção da agroecologia e desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária no Paraná.** O campo e a luta dos movimentos sociais populares do campo. (Mestrado em Agroecologia) Dissertação - Universidade Estadual de Maringá. 2016. disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/1075 .

TSING, Anna. **Margens Indomáveis:** Cogumelos Como Espécies Companheiras. ILHA, v.17, n.1, p.177-201, jan/jul. 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Edição de Thiago Mota Cardoso e Rafael Victorino Devos. Tradução de Thiago Mota Cardoso et al. 1. ed. 2. reimpr. Brasília: Mil Folhas, 2023.

Miguel Frigo Amorim
Miguel Frigo Amorim é discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-UEM e possui graduação em Ciências Sociais na UEM. Realiza pesquisas na temática da Reforma Agrária e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com foco na agroecologia, na questão ambiental e técnica.
E-mail: frigomig@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0163599410535946
ORCID: https://orcid.org/0009-0006-7527-4972

Eliane Sebeika Rapchan
Eliane Sebeika Rapchan é docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-UEM, pesquisadora pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e pesquisadora colaboradora do LAAAE (Laboratório de Arqueologia, Antropologia Ambiental e Evolutiva) do IB-USP. Sua dissertação de mestrado em Antropologia Social (USP): "De identidades e pessoas: Um estudo de caso sobre os Sem Terra de Sumaré" é um dos primeiros trabalhos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Consolidou sua carreira através de pesquisas em teoria antropológica e etnografia, refletindo sobre as inúmeras contradições e

composições associadas às relações entre natureza e cultura que emergem das interações entre humanos e outros primatas e que expressam alianças e resistências frente aos conflitos ambientais e ontológicos fortemente influenciados pelo colonialismo, pela agroindústria e pelo extrativismo predatório. É membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Participa da Rede Latinoamericana de Antropologia Feminista em Ciências e Tecnologias (RAFeCT) e do Grupo de Trabalho Ecologia e Sociedade (ECOSOC) da Universidade de Coimbra.
E-mail: esrapchan@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9774298906572764
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1605-9886